

**“PRA LÁ PRA AQUELE LADO LÁ TUDO É ASSOMBRADO”:
MEMÓRIA, NARRATIVA, ESPAÇO FANTÁSTICO E A QUESTÃO
AMBIENTAL¹**

Rafael Victorino **Devos**²

Esse trabalho apresenta, de forma resumida, algumas questionamentos que surgiram com a realização de minha dissertação de mestrado³, quanto ao tema dos cruzamentos entre memória coletiva, narrativa oral e práticas cotidianas em contextos urbanos. A partir das lembranças narradas por antigos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, uma das dezesseis ilhas que formam o Bairro Arquipélago em Porto Alegre, pude investigar o ponto de vista de seus moradores sobre as transformações ocorridas na paisagem dos lugares em que moram e circulam na cidade. A pesquisa é parte do Projeto Integrado CNPq “Estudo Etnográfico sobre Memória Coletiva, Itinerários Urbanos e Formas de Sociabilidade no Mundo Urbano Contemporâneo” e também do projeto “Banco de Imagens e Efeitos Visuais”, coordenados pelas profs. Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha⁴. Junto a essa equipe de pesquisa, composta por bolsistas e pesquisadores da graduação e da pós-graduação, venho comparando as investigações sobre memória e narrativa nas ilhas com as pesquisas em outros territórios da cidade de Porto Alegre.

¹ Esse trabalho foi apresentado, em uma versão preliminar, durante a V Reunião de Antropologia do Mercosul (30 de novembro a 3 de dezembro de 2003 – Florianópolis, Brasil) no Grupo de Trabalho Antropologia e Imagem: Entre debates políticos, éticos, estéticos e interpretativos, coordenado por Liliane Guterres e Susana Sel.

² Rafael Devos é mestre em antropologia social, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pesquisador associado do Projeto “Banco de Imagens e Efeitos Visuais” (PPGAS / UFRGS) e membro do Instituto Anthropos, organização não-governamental voltada para pesquisa e ação sobre as interfaces entre indivíduo/ambiente/sociedade.



Pesquisando no Bairro Arquipélago, centrei o trabalho nas narrativas – no que era dito na fala e no gesto - enquanto lembranças de moradores antigos que “enquadravam” (Halbwachs, 1990:106) a memória e estetizavam as transformações ocorridas na paisagem de seus territórios e em suas condições de vida, em termos das imagens de que se utilizavam para contar suas experiências em um centro urbano, morando em um espaço insular. Nos relatos, as imagens das águas tinham um papel central, nas constelações de imagens (Durand, 2001:44) e símbolos que eram acionados nas estórias da ilha. Trata-se da prática da “arte de dizer” (De Certeau, 1994:153), conforme expressão de Michel de Certeau, em meio a um cotidiano um tanto diferenciado dos demais moradores de um centro urbano, com um ponto de vista marcado pela “ilheidade” (Molles et Rohmer, 1982:52)

³ DEVOS, Rafael. “Uma Ilha Assombrada na Cidade: estudo etnográfico sobre cotidiano e memória coletiva a partir das narrativas de antigos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, Porto Alegre, RS.” Dissertação de Mestrado. PPGAS – UFRGS, Porto Alegre, 2003.

Iniciei minha pesquisa de campo com a produção de documentários⁵ sobre as estórias das ilhas. Com a produção do documentário “Ilha Assombrada: realidade ou ilusões?” iniciei meu contato com os moradores da Ilha Grande dos Marinheiros. Durante um ano, participei do grupo de professores de uma oficina de vídeo documentário ministrada pela equipe de pesquisa do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, núcleo de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social em que trabalhava, ainda enquanto estudante de comunicação social. Os alunos da oficina eram adolescentes (entre 15 e 18 anos) moradores da vila⁶ que se concentra à beira da estrada e das pontes que ligam as ilhas ao continente. O alvo das câmeras e microfones era a própria ilha, seus espaços ditos “assombrados”, os moradores antigos que contavam estórias sobre as ilhas...as estórias do lugar.



Foi com a realização desse documentário, então, que comecei a descobrir essa outra memória das ilhas do Arquipélago, que acrescentava novos elementos à história oficial (ou ao mito de fundação) de Porto Alegre, a ocupação e povoamento da cidade (e das ilhas) com a chegada dos casais vindo das ilhas dos Açores, pertencentes a Portugal⁷.

⁴ Ambos os projetos, vinculados ao Laboratório de Antropologia Social do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Brasil.

⁵ São os documentários “O Barco dos Sonhos” sobre o cotidiano de um barqueiro contador de estórias, morador da Ilha da Pintada, e “Ilha Assombrada: realidade ou ilusões”, sobre narrativas de assombro e bruxaria na Ilha Grande dos Marinheiros, produzido por adolescentes moradores da ilha a partir de uma oficina de vídeo documentário. Ambos os documentários são produções do Banco de Imagens e Efeitos Visuais – Laboratório de Antropologia Social – PPGAS – UFRGS, finalizados em 2000. Após a conclusão da dissertação, produzimos o documentário “A Morada das Águas” (2003) com as imagens produzidas durante o trabalho de campo.

Espaços hoje abandonados pelos moradores, ilhas desabitadas, banhados, e mesmo as áreas hoje aterradas e ocupadas eram referência nas narrativas dos moradores ditos “antigos”, ao contarem sobre aparições de padres jesuítas, escravos, índios, maldições protegendo tesouros enterrados, assim como narrativas sobre bruxaria e “causos” de lobisomens.

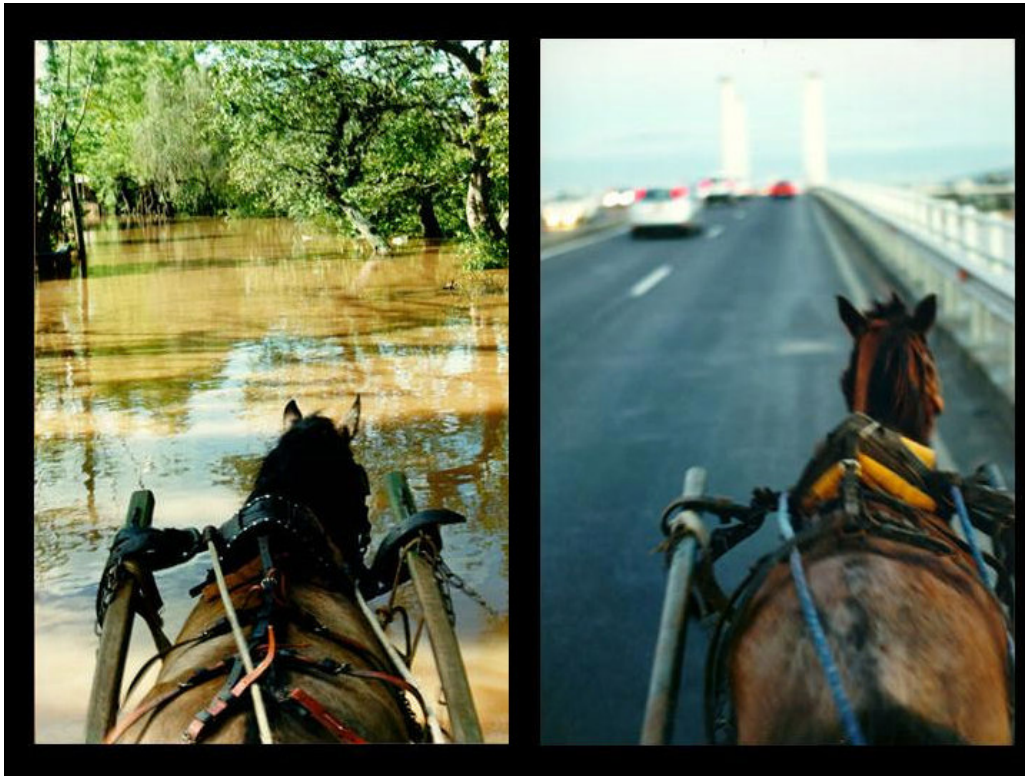
O cenário da Ilha Grande dos Marinheiros concentrava (e ainda concentra) uma complexidade de representações sobre sua paisagem: lugar assombrado, natureza a ser preservada como reserva natural, uma “favela” urbana, um “território-mito” da cidade de Porto Alegre.



⁶ Favela, periferia urbana.

⁷ A chegada dos casais açorianos não consiste no início do povoamento da cidade, pois a região era já habitada e disputada por grupos indígenas e fazendeiros, criadores de gado. No entanto, a pequena aglomeração dos casais açorianos à beira do Lago Guaíba foi considerada a primeira aglomeração urbana do que se tornaria a capital do Estado do Rio Grande do Sul. (Monteiro, 1995:37).





À entrada da cidade, a Ilha Grande dos Marinheiros tornou-se a ilha mais densamente ocupada do Arquipélago, com a construção das pontes na década de 50 e com o crescimento populacional de Porto Alegre. Pessoas chegadas do meio rural, ou de outras vilas da Grande Porto Alegre encontraram nas ilhas, à 6km do centro da Capital, uma opção de moradia. Situação de “ocupação irregular” em que outro fator político teve papel decisivo: a criação do Parque Estadual Delta do Jacuí, em 1976, que incluiu não só as ilhas do Arquipélago, mas áreas continentais de banhados e canais fluviais. Com a criação da reserva, os técnicos e planejadores objetivavam “salvar” da especulação imobiliária e do avanço da ocupação urbana os terrenos e margens das ilhas, que têm papel fundamental na regulagem das cheias dos rios do Delta do Jacuí e no equilíbrio desse ecossistema. No entanto, a criação da figura jurídica do Parque não foi seguida da implantação da reserva e de regularização fundiária, fazendo com que as ilhas se tornassem, por um lado, propriedade privada ocupada pelas mansões ocupadas nos finais de semana por classes abastadas da cidade, e por outro lado vilas de invasão ocupadas por classes baixas, em péssimas condições de vida, sem saneamento básico, em chamada “situação de risco”.

Entre as tensões que envolvem a ocupação/desocupação da ilha, que interpretei como o contexto social em que a memória coletiva das ilhas e da cidade era “enquadrada”, nos termos de Maurice Halbwachs⁸, as pessoas acionavam em meio aos seus sentimentos de pertencimento e reivindicação de uma identidade “ilhera” um conjunto de saberes e práticas que se referiam ao chamado “tempo dos antigos” e que ao mesmo tempo se somavam a uma certa heroicidade dos “vileiros”, “papeleiros”, “catadores de lixo” em aprender uma “arte de viver” (e não apenas sobreviver) nas chamadas áreas de risco, à beira dos rios, em solo pantanoso, em meio às enchentes frequentes, atuando no mercado de trabalho de um centro urbano através de suas “entradas” e “saídas” da cidade na travessia das águas.



A figura dos “antigos” referia-se a moradores pertencentes a famílias que ocupavam os terrenos das ilhas desde um tempo que antecedia as transformações dos últimos 50 anos, em que a construção da travessia de pontes aparece como imagem central. Tais narradores contam das práticas de pesca, de corte de lenha e capim, de construção de embarcações e da prática da navegação, de criação de animais (galinha,

⁸ *op.cit.*

porco, gado leiteiro), de plantação de hortaliças, do transporte e comércio de produtos levados aos mercados à beira do Guaíba, em Porto Alegre, da prestação de serviços de cozinheiras, lavadeiras, faxineiras. Marcando sua condição de “periferia” urbana e sua identidade na cidade, sua condição de “ilheidade”⁹, de estar ao mesmo tempo “dentro” e “fora” da cidade, aparece na necessidade de travessia das águas e na condição de “embarcado”, de estar sujeito às cheias dos rios, condições que são afirmadas enquanto fronteira simbólica no centro urbano, visível na forma de construção das casas em palafitas e na utilização dos barcos, os “caíques” como meio de transporte.



As narrativas desses moradores “antigos” remetiam a um outro “tempo dos antigos”, ao narrarem suas trajetórias e de suas famílias em meio ao ambiente das ilhas. Trata-se de um tempo associado às “imagens noturnas” de assombros, escravos, barcas assombradas, na forma de eterno retorno de um imaginário que remete ao lugar estratégico que ocuparam as ilhas e canais do Delta do Jacuí enquanto caminho na navegação fluvial durante a colonização do RS. Tais narrativas eram contadas como

⁹ Molles et Rohmer, op.cit.:53.

referência aos espaços do Arquipélago como canais, arroios, ilhas, margens em que o narrador inseria o ouvinte em um contexto das lembranças das práticas de pesca, navegação, trabalho doméstico, na forma de um conhecimento não apenas da geografia do arquipélago, mas de espécies animais e vegetais e, principalmente, da dinâmica do ciclo de cheias dos rios, do aspecto mutante da paisagem das ilhas, que são “engolidas” ou “tomadas” pelas águas nos meses de cheia, e devolvidas aos moradores como dádiva pelas mesmas águas nos paradisíacos meses de verão. O depoimento de um dos narradores, Sr. Adão, sobre a presença da enchente em seus ritmos cotidianos soava estranha em meio às tantas imagens de catástrofe e miséria veiculadas na mídia nas épocas de enchente:

Seu Adão - parece até uma bobagem tá dizendo isso, mas a gente gosta da enchente aqui.

Pesquisador - Por quê?

Seu Adão - Porque a gente já espera ela.

Foi a partir desse ponto de vista em que o ambiente das ilhas aparece enquanto um mundo de águas, banhados, mato e gente que busquei entender como as narrativas encadeavam-se a partir dessas imagens e gestos voltados para a intimidade da matéria¹⁰, para a poética do espaço, de que fala Bachelard. Entre as muitas estórias narradas, apresento duas a título de exemplo:



Seu Adão – Ah é. A Ilha do Lobisomem. Ali tem um pé de angazero muito velho, né? Muito velho. E é muito assombrado ali.

A Ilha do Lobisomem é ilha assombrada mesmo, assombrada.

Mas o pessoal para ali, tudo. Sempre vinha desconfiança.

Por fim já não é mais assombro, é a desconfiança, né?

Sei lá, a imaginação, a pessoa já vê as coisa.

Tudo bem. Fomo caça capivara. Eu e o irmão.

O Irmão é o Raul, eu chamo ele o Irmão. Toquemo pra lá.

Trepamo em cima da árvore. Daqui a pouco. Eu falei pro Irmão: - Ó Irmão, vem o bicho aí.

- Será Seu Adão?

Digo - É. Escuta só.

Aquilo vinha quebrando tudo, né? Tá bem.

Aí eu gritei pra ele: - Fica quieto.

Rapaz de Deus, eu sentado, tava altinho assim.

E era um boi. Era um boi branco.

Eu quebrava os galho de pau, quebrava os toco, atirava nele, ele sóóó aparava na guampinha.

O Irmão: - Tá brincando, seu Adão?

Ele tava longinho de mim, né?

Digo: - Brincando o quê rapaz, tem um baita dum boi aqui!

Diz ele: - Mas não é o bicho?

- Não, é um boi, vem cá vê.

E agora? E agora pra descê de lá pra vim cá?

Aí eu disse pra ele:

- E agora como é que eu vô fazê, como é que eu vô descê aqui?

Não podia fazer nada, mas não tinha, não tinha boi, não tinha nada, não tinha ninguém ali. Aí se sumiu, parou o troço.

Agarrei disse: - Ô Irmão, encosta ligeiro aqui, vamo descê aqui.

Tinha uma borboleta. Olha, não vou exagerar, tchê!

Mas ela tinha as asa desse tamanho, assim.

Aquele bicho voando de baixo de mim, assim.

Ah, rapaz. Começou a me dar um nervoso.

Começou a me dar um nervoso aí eu digo:



¹⁰ Bachelard, 2000:14.

- Ó irmão, apura duma vez aí ó.

- O senhor nunca foi de se assustar, Seu Adão?

Aquele bicho ia lá rapaz. Aquele bicho fazia vento em mim assim, rapaz.. E ele viu bem onde é que tava o bicho, né?

Tá. Tudo bem. Encostô, viemo embora.

Aí no otro dia foi pros Morrete. O Raul aí.

No otro dia foi pros Morrete.

Chegou lá nos Morrete, conversando com o Paulo Cachopa.

E o Paulo Cachapa tem esses aparelho de cavar dinheiro, né?

Foram pra ali, os dois. Rapaz, eles nem fizeram um buraco, fizeram uma lagoa. Claro, na berinha da água, né?

Fizeram uma lagoa. Não arrumaram nada. Não arrumaram nada.

Não arrumaram nada. A gente vê coisa, que a caçada mais assombrada é a caçada de tatu e a caçada de capivara, né?



Eu dizia pra ele - A gente vê coisa mesmo. A gente vê coisa horrível, rapaz! E de noite tu tá dormindo tu sonha com aquilo.

Tá, viemo embora. Eu digo pra ele:

- Ó eu vou largar a caçada, eu não quero mais isso.

Dá um nervosismo na gente, sabe?

Eu não andava em sossego. Digo: - Não, mas eu não vou.

Mas reviraram. Onde eles desconfiavam que tinha, onde aparecia coisa eles cavaram tudo.

E tão aí, na mesma porquera.



Seu Cláudio: Eu vinha no barco. Vinha no barco.
Vinha eu e um irmão meu, né?

E como tem esse pinheiro lá pra cima, saiu de
perto da figuera assim.

Umás onze a doze bola de fogo assim que subia.
Subia, era até um dia de vento leste muito forte.
E eu vi aquilo e meu irmão ia remando de costa
pra aquilo e eu ia de frente, né na popa sentado, aí
assim eu disse pra ele:

- Paulo, Paulo lá, olha lá, olha aquilo ali

Um monte de bola de fogo saindo assim, tipo um
liquinho aceso assim, entendeu?

Bem forte e se desmanchava no ar.

E... muitos diziam que ali tinha ouro.

Acho que ouros ali.

Aí no outro dia.

(...) na outra terça eu fui lá mais aí a lua tava muita
clara, né? Fui lá a pé, fui a pé pra olhar.

Se de repente tem oro enterrado aí va mo cavar,
né?

E a figuera tá lá, a figuera ainda, não sei se é esse
o mesmo ouro. Então diz que ali só sai, eu vi sair
ali.

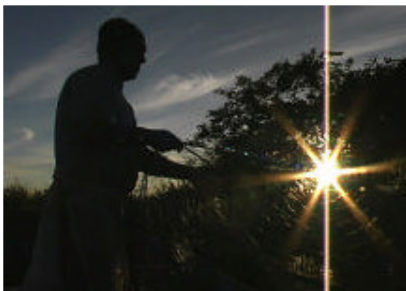
Uma, tipo uma, uma pessoa de branco, uma
mulher de branco saía assim. Passava pela,
cruzava.

Saía dali e passava pro outro lado assim, olhando
pra gente.

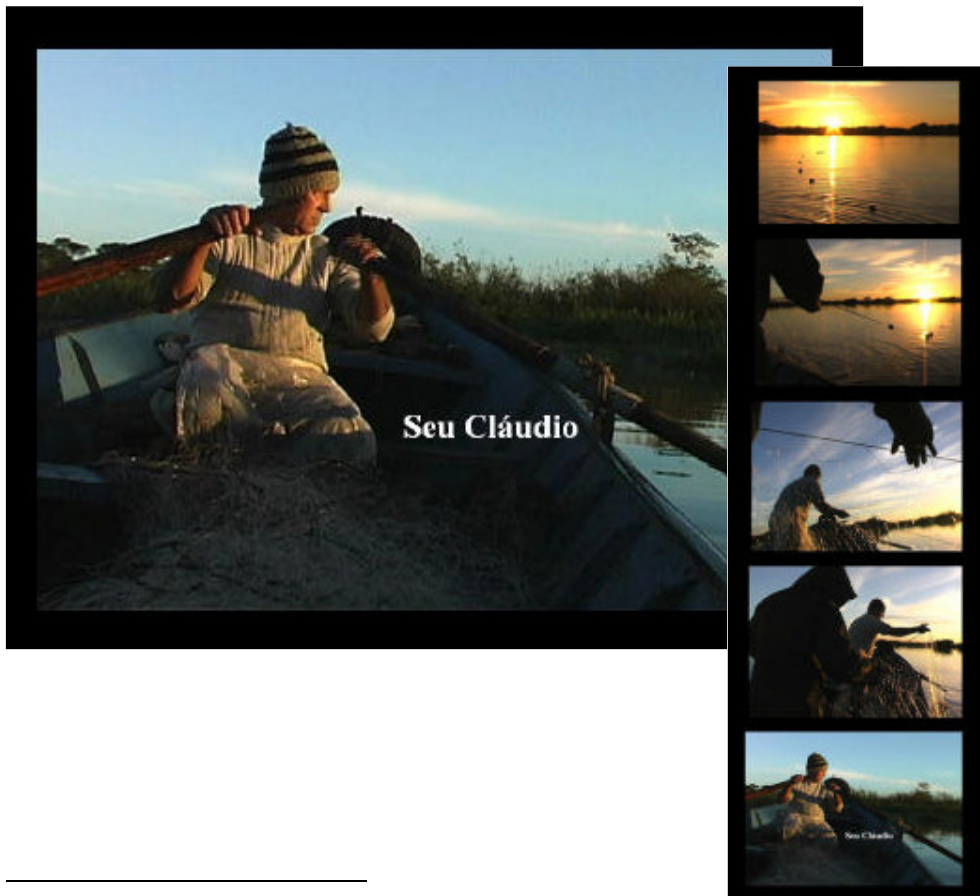
Um monte de gente diz que tem os escravo ali.

Tinha uma casa que embaixo tinha um porão e
tinha até corrente pra amarrar os escravo.

É. Muitas coisas eu já vi assim, né?



Investiguei como esses narradores transformam o tempo vivido em tempo pensado e narrado (Bachelard, 1988:07) através de uma inteligência narrativa (Ricouer, 1997:70) de configuração e re-configuração de sua experiência em uma tradição narrativa, em que a "arte de dizer" aparece como veículo de transmissão de um corpo de saberes e práticas desses moradores sobre os espaços por onde moram e circulam (Eckert e Rocha, 2000:12). As áreas desabitadas, ou abandonadas, em que “o mato tomou conta”, os canais e margens em que a água corre sempre e ensaia seus eternos retornos com seu poder de fecundidade, de destruição e renovação das enchentes evocam, em meio a Memória Coletiva de Porto Alegre os diferentes “estilos de história” de que fala Gilbert Durand¹¹. As histórias desses moradores das ilhas contam do processo de ocupação e de transformação da paisagem do Delta do Jacuí, no que tange à Ilha dos Marinheiros e dos espaços em que se dão seus itinerários com relação à cidade, a partir de uma verdadeira “geografia lendária”(Rocha, 1994:14) que escava no tempo os muitos trajetos de assimilação às intimações de um meio como esse de banhados, bichos, água e gente.



¹¹ Durand, op.cit.:390.



Os fortes pontos de ruptura na continuidade do modo de vida dos moradores das ilhas, expressos a partir da construção das pontes da Travessia Getúlio Vargas, em 1958, podem ser vistos de diferentes maneiras, pela memória dos habitantes do Arquipélago ou pelo ponto de vista de uma história progressista. Tendo analisado em registros históricos os projetos de políticas públicas para o Arquipélago, destaco os dois grandes planejamentos destinados a "ordenar" esse território estranho da metrópole do sul do Brasil. Tanto as políticas progressistas que visavam à transformação do Arquipélago em bairro industrial quanto às políticas ambientais que visam tornar o Arquipélago um Parque Estadual voltado para a proteção do ambiente têm em comum a visão dos rios e das ilhas, com seus banhados e matos como um território "vazio", desabitado, a ser preenchido pelos mitos do progresso ou do "mito moderno da natureza intocada" (Diegues, 1994:162).

A construção desse complexo de pontes é datado de uma época tributária de uma forte "pressão histórica"¹², de uma "pedagogia" de imagens orientadas para uma visão progressista do tempo, em um momento em que Porto Alegre se agigantava como metrópole, estendendo-se para zonas periféricas, em que o Arquipélago, com seu ambiente atípico de águas e banhados, constituía, não apenas uma "barreira", um "entrave" aos caminhos do progresso (simbolizado então pelo desenvolvimento do país pela via rodoviária) como também uma espécie de "antibairro", o bairro de maior área da cidade sem, no entanto, possuir as características de uma subunidade urbana, sem infra-estrutura adequada, sem equipamentos urbanos, sem órgãos administrativos¹³. A construção das pontes foi acompanhada de planos urbanísticos¹⁴ (que não se realizaram) destinados a tornar o Arquipélago parte do "crescimento natural" da cidade, com a sua destinação para instalação de fábricas, estaleiros, indústrias a partir dos muitos aterros realizados com a construção do complexo de pontes.

Esse "crescimento natural", em tempos de política ambiental, é retomado na presença das novas "sub-habitações" de moradores em condições de pobreza e miséria, sendo interpretado como consequência de uma "decadência", um "declínio" tanto da indústria naval e pesqueira em Porto Alegre, quanto de uma economia baseada na "precariedade" das pequenas propriedades rurais de mão-de-obra familiar destinadas ao fornecimento de produtos como leite, arroz, hortaliças, pasto e pesca aos mercados de

¹² Durand, op.cit.:414.

¹³ Ver Rio Pardense de Macedo, "Porto Alegre, história e vida da cidade", 1973:227.

Porto Alegre¹⁵. Quanto aos “novos” moradores são famílias expulsas de outras áreas, como a região onde foi construída a principal rodovia que liga a capital à parte norte do Estado e ao resto do país. Concentram-se as famílias, deslocando o centro comunitário da Ilha Grande dos Marinheiros, dos “sítios” e residências da zona do norte da Ilha para a beira da ponte, para mais perto dos novos caminhos da cidade.

Já nas narrativas dos moradores o crescimento urbano, as condições de miséria e pobreza da atual população das ilhas, as imagens de poluição e degradação ambiental aparecem, certamente, nos relatos desses moradores “antigos”. Porém, o trabalho da memória¹⁶ tece outras conexões entre essas transformações. Esses narradores, em meio às fronteiras simbólicas entre os “antigos”, seus familiares, e os “de fora” nos territórios do Arquipélago, assumem o lugar de portadores e transmissores de práticas aprendidas a partir da experiência de habitar periféricamente a cidade em meio às condições de vida ligadas às particularidades do ambiente das ilhas. As narrativas sobre assombros, tesouros, e seres sobrenaturais transmitem um profundo conhecimento da paisagem da região, intimamente ligadas às práticas cotidianas de deslocamento, de trabalho e igualmente de atividades domésticas em que se destacam as narrativas sobre bruxaria, que são acompanhadas de conhecimentos sobre benzedura e outras práticas de cura, entre outros saberes femininos.

Durante a pesquisa, não somente o uso de recursos audiovisuais, mas principalmente a inserção da própria pesquisa etnográfica como parte do processo de produção de documentários (e vice-versa) contribuiu para que se revelassem essas categorias de “antigos” enquanto narradores. O primeiro documentário realizado, após ter sido exibido inúmeras vezes na Televisão Educativa do Estado, marcou a retomada do trabalho de campo para a produção da dissertação, apresentando-me como alguém “que faz filmagem”, como diziam, e principalmente, como alguém interessado nas histórias que eram contadas nas ilhas. Ao conhecer novos moradores, o diálogo sobre as narrativas e seus narradores era constante, indicavam-se outras pessoas que “viam coisas”, que “tinham coisas para contar” e, principalmente, que eram reconhecidas como bons narradores. Pessoas que eram referência na comunidade quanto a uma identidade “ilhera”, marcada pelo domínio de saberes locais: uma benzedeira, um

¹⁴ Ver Fayet, Carlos et alli. Plano Delta do Jacuí, PMPA, 1958.

¹⁵ PARQUE ESTADUAL DELTA DO JACUÍ - PLANO BÁSICO, 1979:43

¹⁶ Halbwachs, op.cit.:124.

pescador e pastor evangélico, um ex-marceneiro naval e “caseiro” de sítio, uma costureira ex-lavadeira e cozinheira.

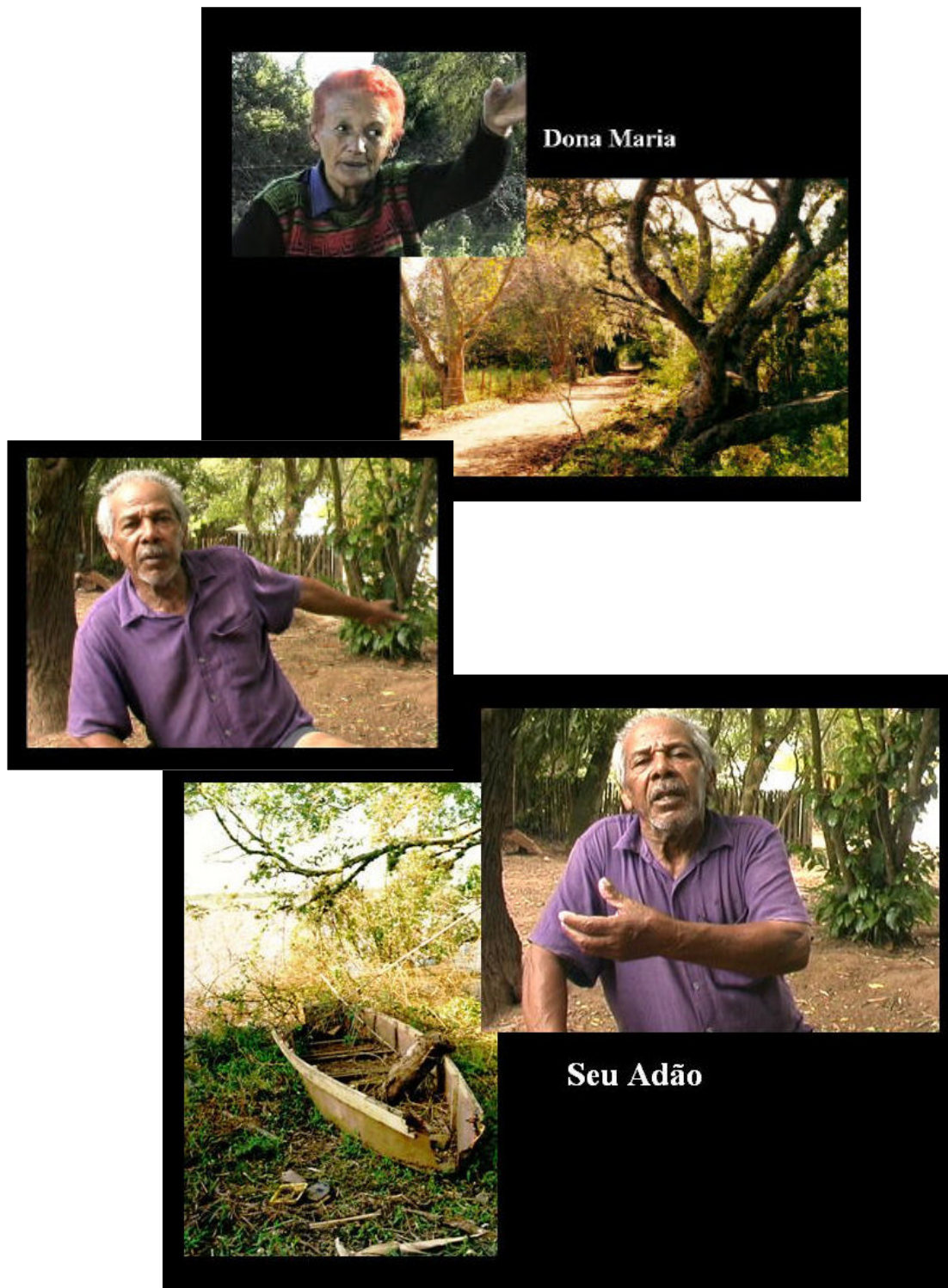
Já os narradores encaravam como uma situação de transmissão desses saberes o momento das narrativas, assumindo esse personagem narrador nas situações de entrevista com vídeo, afirmando a importância do registro de narrativas que não lhes pertenciam, pois lhes haviam sido narradas por outras pessoas da ilha. Nos momentos em que ainda “negociava” a realização das entrevistas com Seu Adão, em visitas curtas ao seu “sítio”, ele brincava conosco, ensaiando as primeiras histórias, iniciando a conversa, e logo em seguida interrompendo a narrativa: “*mas depois eu não vou contar, hein?*”, preparando os ouvintes para a entrevista a ser feita em vídeo, para a qual pedia à equipe que viesse “sem pressa” para acompanhar o ritmo das narrativas em meio ao seu cotidiano.

O uso do vídeo aparece como instrumento fundamental para a realização da pesquisa sobre o tema da memória, narrativa oral e cotidiano, pois permite que o pesquisador possa aprimorar a “escuta” quanto às performances dos narradores, assim como possibilita novas formas de “tradução” dessa arte de dizer para a escrita, na forma como “montei” no papel quadros congelados do gestual dos narradores com uma transcrição de suas histórias que acompanha o ritmo oral da sua palavra. Mas foi a situação etnográfica em si, em que o vídeo aparecia em meio aos diálogos de campo como referência da tarefa do etnógrafo na produção de suas “alegorias etnográficas” (Clifford, 1998:47) que permite pensar significados múltiplos para o “dito” nesses momentos de narrativa e escuta.

A utilização da imagem na pesquisa, desta forma, tem sido fundamental, na medida em que o encontro etnográfico, estabelecido enquanto registro em vídeo dos diálogos e narrativas em campo possibilita maior visibilidade desses narradores e de sua “arte de dizer” em meio às diferentes redes sociais presentes ao Bairro Arquipélago. Da mesma forma, o retorno das imagens, com a exibição de documentários produzidos durante a pesquisa, ou com a troca de imagens fotográficas (ou *frames* congelados do vídeo) dos gestos dos narradores¹⁷ e dos espaços a que se referem possibilita novos diálogos quanto à investigação da relação da arte do narrador com o conhecimento da

¹⁷ O gesto do narrador é destacado, na relação com suas práticas e saberes cotidianos, no clássico texto de Walter Benjamin “O Narrador: Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov” (Benjamin, 1994:205)

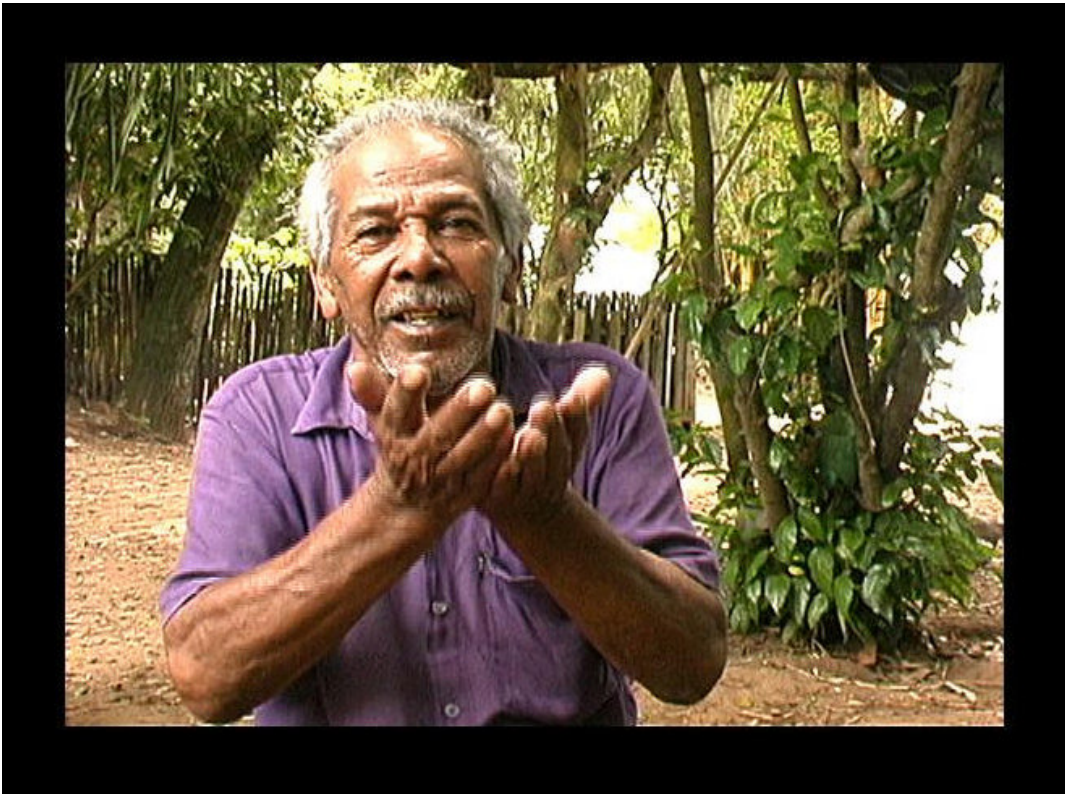
paisagem local, em que o próprio informante se coloca como “produtor de imagens” na forma das estórias narradas.



A narrativa desses moradores mais antigos apresenta uma continuidade dessas práticas que são reforçadas com a época de subida das águas. A enchente, constituindo-se em uma espécie de ritual de passagem, de iniciação, entre quem “aprende a viver com a água” (construindo a casa em palafitas, adquirindo ou construindo um barco, inserindo-se nas redes de solidariedade) e quem desiste, acaba trazendo consigo outras grandes imagens das condições de vida dessa população, em situação periférica à cidade de Porto Alegre, “se virando” com as práticas cotidianas que se inserem nesse jogo de “leva e traz” entre as ilhas e a cidade.

Mas as narrativas apresentam também descontinuidades entre as diferentes formas de apropriação social dos espaços de banhados, canais, margens. Em especial, destaco o quanto é reforçada a importância desses espaços abandonados (mas nunca desabitados), na vida cotidiana desses narradores. O “mato”, os banhados, protegidos enquanto patrimônio ambiental pelos órgãos de proteção ao meio ambiente, ou ocupados pelos “barracos” da vila, possuem outros significados nas narrativas. Significados semelhantes ao que Ellen e Klaas Woortmann (Woortmann e Woortmann, 1997:29) analisam enquanto o lugar fundamental que ocupa o “mato” nos espaços de trabalho dos “sitiantes” de Sergipe, visto como fonte de recursos como lenha, espécies vegetais e caça, e, principalmente, como um espaço que acompanha um ciclo de longa duração em que o mato é derrubado para criação da roça, e a roça é abandonada para que o mato retome o seu lugar.

Nas ilhas, os espaços a que se referem às narrativas de Adão e Cláudio, por exemplo, são os espaços por excelência das práticas de pesca próximo às beiras de ilhas hoje desocupadas, onde existem grandes quantidades de peixes, visto que são seus espaços de reprodução e onde a água é “mais quente” para o peixe se abrigar, como conta Cláudio. Os espaços de caça assombrada, como conta Adão, são igualmente espaços onde o “mato tomou conta”, que não são manejados cotidianamente nas atividades das pequenas propriedades rurais e já se encontram no limiar entre o domesticado “natural” (enquanto familiar) e o sobrenatural.



O etnobiólogo D. Posey estudou as “ilhas de florestas”, “cultivadas” pelos Kayapó, mostrando como essa população indígena realiza, milenarmente, um processo de cultivo “inconsciente” da biodiversidade amazônica, na forma de “bosques sagrados” (Posey, 2001:283). Trata-se de um manejo há longo prazo dos recursos naturais, visto que existem espécies semidomesticadas que, durante milênios, foram espalhadas em áreas conhecidas no interior de florestas e cerrados, antigas roças que se tornam reservas de caça e pomares, uma vez que, desde o princípio foram manejadas pelos Kayapó para serem como tal. Tais locais, espaços abandonados pelas antigas tribos, são protegidos por espíritos, e só são acessíveis a pajés e caçadores, fazendo com que existam reservas protegidas com vegetação secundária em desenvolvimento, com elevada biodiversidade que também atrai muitas espécies animais. “Os espíritos efetivamente agem como agentes de proteção ecológica.” (Posey, 2001: 283)

A questão que venho investigando é, portanto, como essa apropriação social de recursos naturais pode ser pensada no Bairro Arquipélago, em plena Região Metropolitana de Porto Alegre. Não se trata de efetiva proteção do ambiente por parte dos “espíritos”, em face do contexto atual de degradação ambiental e crise social, mas de uma postura ética de uso do “bem comum” que essas narrativas veiculam, na relação que estabelecem entre os espaços de uso privado e os espaços destinados ao uso coletivo por parte da comunidade.

As maldições dos escravos que guardam tesouros afundados nas águas ou enterrados na raiz de velhas árvores apresentam imagens que não apenas remetem a um passado remoto, mas que podem ser interpretadas enquanto “espíritos protetores” que representam códigos morais e éticos, sanções ao uso abusivo desses espaços, movido pela ganância e pelo “olho grande”. As narrativas promovem uma relação de dádiva com as águas, a flora e a fauna, que aparece, por exemplo, nos relatos das épocas de enchente em as águas tomam de volta o que é delas (a terra), mas com isso trazem novas dádivas, e “limpam” a terra. Trata-se de uma leitura dessa paisagem e uma postura quanto a esses espaços, portanto, que as narrativas trazem na forma como a “natureza” das ilhas é interpretada a partir de seus ritmos cósmicos. Mais do que isso, trata-se de uma postura ética de uso de “bens comuns”, espaços que podem ser pensados não como espaços de “natureza”, como as políticas ambientais conservacionistas procuram impor, mas como espaços públicos, de usos diversos, de diferentes formas de apropriação por parte de grupos e indivíduos.

Uma relação que é oposta tanto á privatização das margens por habitações de classes populares como pelas mansões de classes economicamente privilegiadas. A atividade de pesca, por exemplo, relaciona-se a uma apropriação da costa das ilhas de forma que a margem da ilha aparece como extensão do quintal da casa do pescador, que, no entanto, já é parte da “rua”, do domínio público, fazendo com que os vizinhos usem de forma coletiva esse espaço, enquanto local de troca, em que os barcos são atracados, em que o peixe é vendido ou trocado pelos produtos do caminhão de verduras que por ali transita, em que os vizinhos se reúnem para fazer reparos nas redes, em que as famílias se encontram a beira das águas, em que as mulheres lavavam roupa e onde ainda estendem a roupa no varal.

Da mesma forma, margens de ilhas desabitadas são adotadas por pescadores como seu local de pesca, como é o caso de Cláudio na Ilha do Humaitá, fazendo com que o pescador também seja um “zelador” dos banhados em época de reprodução de espécies. Novamente podem ser investigados códigos morais e éticos relacionados a esses espaços, semelhante aos estudos realizados com outras comunidades de pescadores, como o trabalho de John Cordell sobre os “Beirados”, habitantes dos mangues do litoral da Bahia, uma comunidade de pescadores que possui sua própria divisão dos “pedaços” do lago onde pescam, com suas próprias leis sociais e arranjos para manutenção de suas práticas a partir do “respeito” (Cordell, 2001:144).

Os narradores, ao relatarem suas trajetórias, são confrontados com as continuidades e descontinuidades de um modo de vida a margem dos rios em um centro urbano, e embora constatem que as dificuldades nos movimentos de entrada e saída da cidade permanecem, também percebem que as práticas cotidianas e as suas condições sociais de existência ganham novos elementos, como o trabalho com o lixo. A população que trabalha com a separação de lixo precisa aprender a valer-se também do barco e da casa adaptada às cheias, encontrando muitas ressonâncias na memória compartilhada das ilhas, ao manter o gesto do “ilhéu” de encontrar, nas práticas de interação com os ambientes noturnos das águas e banhados, a sua forma de assegurar a continuidade de seu grupo social no tempo. No entanto, já não são mantidas as mesmas relações com os espaços de mato que são transformados em terrenos loteados, como os banhados que são aterrados com o lixo, como as margens que se tornam pátio cercado nas casas, visto que suas práticas e itinerários encontram-se voltados para os caminhos do asfalto.

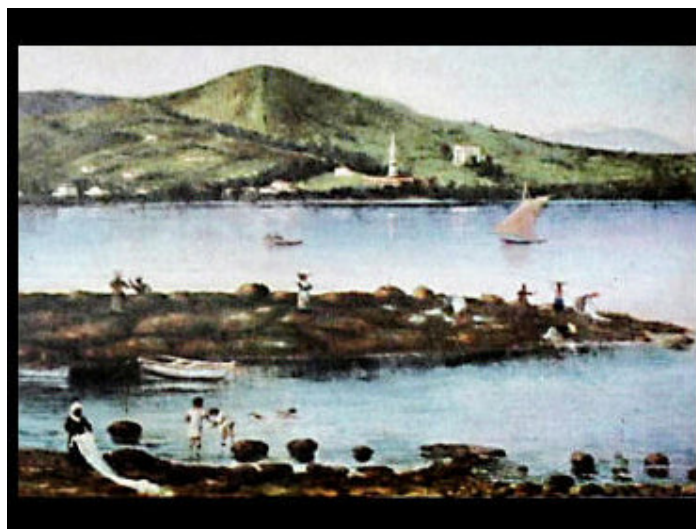
Sabe-se, não é de hoje essa associação entre o rio, o lixo e os esgotos do grande “ventre digestivo” da cidade, pelo menos desde a constatação do viajante Saint-Hilaire, em 1820¹⁸, de que a água do Guaíba e as ilhas já serviam de receptáculo para as impurezas “intestinais” da cidade. Não é de hoje a imagem “nefasta” das águas poluídas do escuro Lago Guaíba e das margens contaminadas da beira da cidade. Da mesma forma, nos relatos autobiográficos dos narradores, a situação periférica das ilhas nos espaços de poder da cidade é ainda anterior à construção da ponte. Empregadas domésticas, lavadeiras, cortadores de capim, pescadores, marceneiros, empregados de fábricas e comerciantes já cruzavam as águas dos canais de navegação, chegando à cidade por um caminho inusitado para os moradores do continente.

Tendo pesquisado no acervo de imagens da cidade, presente ao “Banco de Imagens e Efeitos Visuais”¹⁹, pude cruzar as narrativas dos informantes com imagens que compõem um imaginário da relação da cidade com as águas do Lago Guaíba e seus afluentes, acessando, assim, uma “duração” dessa forma de habitar um centro urbano em intimidade com as águas que o cercam e o atravessam.

Se realizássemos uma “arqueologia” desses antigos pontos de ancoragem de pequenas embarcações na cidade, nas avenidas e espaços aterrados de hoje, veríamos como a presença dessas populações “ribeirinhas”, tanto vindas da margem das ilhas, quanto habitando, ou transitando pelas margens da cidade, teve sua sociabilidade de “marinheiros” no porto associada à prostituição e às “confusões” nos espaços de intensas trocas comerciais entre os “barcadistas”. Espaços que não deixavam de ser associados à potência nefasta das águas, causadora da “queda” humana e igualmente fonte de “miasmas” e doenças nos “charcos”, nos “lodaçais” e banhados da cidade próximos a arroios e na margem do Guaíba, nas habitações populares, nas “tabernas”, “botequins”, “vendas” e cortiços vistos como “nefastos” à saúde da cidade que já enfrentava problemas graves de abastecimento de água e saneamento de esgotos.

¹⁸ “Nos 74 dias em que se hospedou na capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o botânico francês Auguste Saint-Hilaire conheceu os dois lados de Porto Alegre. O verso: belas casas, moradores de porte altaneiro, a Rua da Praia buliçosa e uma geografia que lembrava o ameno sul da Europa. O reverso: ruas imundas e lixo sendo despejado no lago do Guaíba, onde a população coletava água imprópria para beber. - As encruzilhadas, os terrenos baldios e, principalmente, as margens da lagoa (*o Guaíba*) são entulhadas de sujeira (...) depois do Rio de Janeiro, não tinha visto uma cidade tão imunda.” *Jornal Zero Hora*, 02/07/2001 “A redescoberta do Rio Grande - Uma Capital Bela, mas suja”, pg 56.

¹⁹ www.estacaoportoalegre.ufrgs.br



Essas imagens surgem entre outras motivações para realização dos planos de modernização da cidade, que desde a década de 1920 têm “removido” essa agitação “fervilhante” e “formigante” dos espaços da cidade em contato com o rio (Monteiro, 1995:37). Restringem-se tantos os locais de lazer, como os clubes nos quais Dona Laci trabalhou como cozinheira (clubes que não se localizam mais na zona central da cidade, mas à sua saída, após a ponte, ou nas próprias ilhas), quanto os locais de comércio, como a “Docas das Frutas” a qual se refere Seu Adão, entre os seus relatos autobiográficos, em íntimo contato com alimentos, capim, e outros produtos naturais vindos das ilhas e outros “arrabaldes” da cidade.

A modernização que tem seu impulso com o crescimento da cidade a partir do “avanço” da cidade sobre o rio nos muitos aterros realizados que possibilitaram a construção do Cais do Porto e o grande desenvolvimento da navegação fluvial no Rio Jacuí e afluentes, acabou por sobredeterminar essas imagens de intimidade da cidade com a água do rio como uma promiscuidade funesta.

Com a substituição do transporte fluvial pelo transporte terrestre, diminuindo a atividade do cais, a cidade “voltou as costas pro rio”, como dizem os moradores das ilhas, e o processo de “remoção” das aglomerações, em torno da área e de sua higienização, é simbolizada pela construção do complexo de diques e do muro de proteção à enchentes, o muro da Mauá, o “Muro da Vergonha”, que fecha as portas da cidade para os marinheiros, “caiqueros”, pescadores e embarcados, que estariam fadados a desaparecerem, ou substituírem seu modo de transporte e de vida.

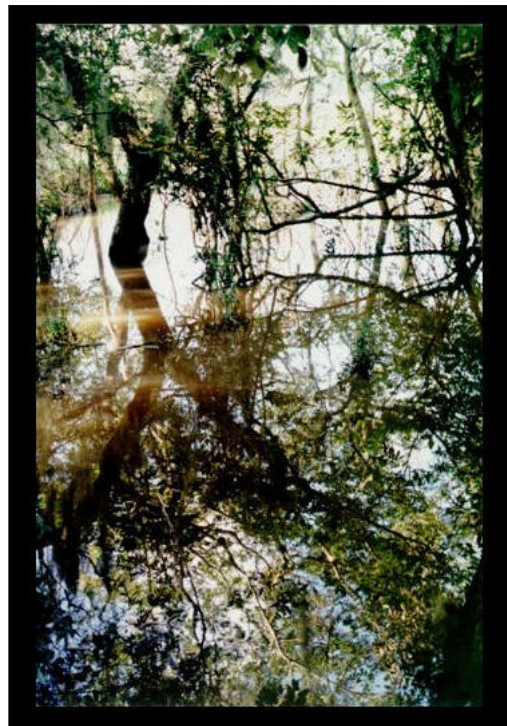
Seguindo algumas reflexões da antropóloga Ana Luiza Carvalho da Rocha sobre os ritmos temporais que fundam os arranjos das "formas informes" (Carvalho da Rocha, 2000 :14) da vida coletiva dos grandes centros urbanos das cidades latino-americanas, ao estudar o trajeto antropológico que origina o nascimento da Cidade como forma de vida coletiva no Brasil, é possível repensar os mitos de fundação da Porto Alegre a beira das águas. Segundo a antropóloga, a Porto Alegre oriunda da sesmaria de Jerônimo de Ornelas, que recebe a chegada dos colonos da Ilha de Açores, filia-se ao mundo imaginal das cidades-fortificações destinadas a extrair as riquezas do Novo Mundo para as colônias européias. A conquista e colonização do Novo Mundo marcam a polêmica da "queda moral" do "herói civilizador", no ventre devorador da "Terra Mãe" das aglomerações urbanas das primeiras vilas e vilarejos, cujas imagens nefastas se originam da ambivalência das visões de inferno e paraíso das culturas européias sobre a América. Os contos e lendas populares que irão retratar a fundação das cidades no Novo Mundo retomam a luta desse herói conquistador, com suas imagens de terror e de pecado, como expressão do gesto que dá origem aos núcleos urbanos no Brasil, em sua maioria, cidades portuárias.

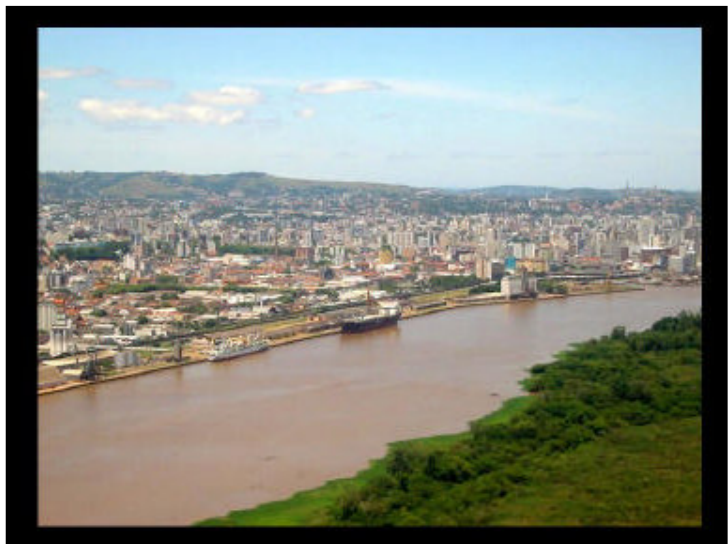
Os contos e lendas, associados à uma memória popular das formas de vida coletiva colonial e imperial das cidades brasileiras, retomadas na cidade moderna, seriam uma tentativa de acordo, dessas populações, de arranjo das antigas estruturas espaço-temporais da cidade, para comporem uma tradição que recupera suas heranças do passado. A memória popular compõe, então, uma estética da paisagem das cidades brasileiras, e uma tradição que se atualiza nas práticas e táticas cotidianas de seus atores, que não cessam de acusar o fracasso de uma "idolatria do progresso" que polariza as imagens dessas "formas disformes" da vida coletiva dos centros urbanos, expressa nas favelas, nas condições de miséria de suas populações, na violência urbana, nos acidentes, nos roubos e assaltos, enquanto conseqüências da irracionalidade de um "pensamento selvagem" do "povo brasileiro". A memória coletiva da figura de um "homem da tradição" (Durand, 1979 :22) em pleno contexto urbano, no entanto, aponta para a inadequação desses ideais progressistas homogeneizadores às diversas formas de rearranjo da vida coletiva nas cidades do país a partir de sua gênese sócio-histórica.

A memória compartilhada (Ricoeur, 2000:160) desses moradores das ilhas, através das narrativas que analisamos, possibilita o retorno, não só das imagens de uma vida "tradicional" das ilhas, mas reinventa suas tradições ao exporem, nos seus relatos, a

dramaticidade da instalação de uma cidade à beira de um ambiente sujeito a tantas metamorfoses em seus ciclos anuais de cheias.

Em uma época em que a cidade redescobre os espaços ligados ao rio, em que as muitas habitações com piscinas, marinas, quadras de esporte e também as promoções de passeios a barco e passeios ecoturísticos revalorizam as áreas do Delta do Jacuí para usos recreativos de classes economicamente privilegiadas da cidade, e que grande parte do Delta do Jacuí destina-se à preservação do que resta de ambiente a salvo do ventre devorador e poluidor da cidade, as classes populares, advindas de outros espaços da cidade, a partir da construção da ponte, encontram nas ilhas do Delta do Jacuí e, particularmente, na Ilha Grande dos Marinheiros, a possibilidade dramática de reinvenção de uma forma de habitar a cidade de Porto Alegre a partir das adversidades de um ambiente como o do Bairro Arquipélago.





REFERÊNCIAS

- ATLAS AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE. Coord. Rualdo Menegat, Maria Luiza Porto, Clóvis Carlos Carraro e Luís Alberto Dávila Fernandes. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo, Editora Ática, 1988.
- BACHELARD, Gaston. *A Água e os Sonhos*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo, Editora Ática, 2000.
- BAKHTIN, M. *A Cultura Popular na Idade Média e No Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo-Brasília, HUCITEC-EDUNB, 1996.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas III- magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo, Quieroz ED. Ltda. e EDUSP, 1987.
- BOURDIEU, P. *A Ilusão Biográfica*. In: FERREIRA, M. e AMADO, J. (org.) *Usos & Abusos da História Oral*. RJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano – I: Artes de Fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século 20*. Rio de Janeiro, Ed UFRJ, 1998.
- CORDELL, John. *Marginalidade Social e Apropriação Territorial Marítima na Bahia*. in “Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum”. A. C. Diegues e A.C. Moreira (organizadores). NUPAUB, São Paulo, 2001.
- DEVOS, Rafael. *Quando a Câmera Vira Personagem: ponto de vista em movimento na busca de imagens do Outro em documentários etnográficos*. Mimeo, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação/UFRGS, Porto Alegre, 2000. Monografia (graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. 2000.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo, NUPAUB-USP, 1994.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *Ilhas e Mares – simbolismo e imaginário*. São Paulo, HUCITECH, 1998.
- DURAND, Gilbert. *Science de l'homme et tradition. Le nouvel esprit anthropologique*. Paris, Berg International, 1979.
- DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. SP, Cultrix, 1988.
- DURAND, G. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- ECKERT, Cornelia. *Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica*. In: HUMANAS, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Vol 16, nº1. Porto Alegre, IFCH, 1996-1997. P. 21 à 44.
- ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. “Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração”. In: Koury, Mauro G P. (org). *Imagem e Memória: Estudos em Antropologia Visual*. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.
- ELIADE, Mircea. *Mito do eterno retorno*. SP, Mercuryo, 1992.
- FAYET, Carlos et al. *Plano Delta do Jacuí*, PMPA, 1958.
- FEENY, David et alli. *A Tragédia dos Comuns: vinte e dois anos depois*. in “Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum”. A. C. Diegues e A.C. Moreira (organizadores). NUPAUB, São Paulo, 2001.

- FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem*. São Paulo, Ensaio, 1994.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GEERTZ, Clifford. *O Saber Local: novos ensaios em Antropologia Interpretativa*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- GINZBURG, C. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- GURAN, Milton. *Fotografar para Descobrir, Fotografar para Contar*. In *Diálogos Antropológicos – Imagem*. NAVISUAL/UFRGS, Porto Alegre, 1997.
- HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.
- HARTMANN, L. *Oralidade, Corpo e Memória entre Contadores e Contadoras de Causo Gaúchos*. In: Horizontes Antropológicos, nº12. Porto Alegre, PPGAS-UFRGS, 1999.
- LANGDON, J. *A fixação da narrativa: do mito para a poética de literatura oral*. In: ECKERT e ROCHA (Org.). *Revista Horizontes Antropológicos* 12. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *Lo Maravilloso y lo Cotidiano en el Occidente Medieval*. Barcelona, Gedisa, 1986.
- LEROI-Gourhan André. *O Gesto e a Palavra. 2 Memória e Ritmos*. Lisboa, Perspectivas, edições 70.
- LÉVI-STRAUSS. *O Pensamento Selvagem*. Campinas, Papirus, 1989.
- MALUF, Sonia. *Encontros Noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Florianópolis, Rosa dos Tempos, 1993.
- MOLLES, H. et ROHMER, E. *Labyrinthes du Vecu. L'Espace: matière d'actions*. Paris, Librairie des Meridiens, 1982.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre, Urbanização e Modernidade – A construção do espaço social*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1995.
- PARQUE ESTADUAL DELTA DO JACUÍ - PLANO BÁSICO. Vol. 1 – Porto Alegre, PMPA/SPM, 1979.
- POSEY, Darrell. *Interpretando e Utilizando a “Realidade” dos Conceitos Indígenas: o que é preciso aprender dos nativos?* in “Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum”. A. C. Diegues e A.C. Moreira (organizadores). NUPAUB, São Paulo, 2001.
- RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomos I, II e III. Campinas, Papirus, 1994.
- RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris, Seuil, 2000.
- RIOPARDENSE DE MACEDO, F. *Porto Alegre, História e Vida*. Porto Alegre, Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1973.
- ROCHA, A. L. Carvalho da *Le sanctuaire du désordre, ou l'art de savoir-vivre des douces barbares sous les Tristes Tropiques*. Tese de doutoramento defendida na Universidade de Paris V, Sorbonne, 1994, sob a direção de Michel Maffesolli.
- ROCHA, A. L. Carvalho da *As figuras de lendas e mitos históricos na construção da Cidade tropical*. Iluminuras: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, número 34. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2000.

SCHAMA, Simon. *“Paisagem e Memória”*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. Secretaria Municipal da Cultura. Porto Alegre. Centro de Pesquisa Histórica. *Arquipélago: as ilhas de Porto Alegre*. GOMES, José Juvenal; MACHADO, Helena Vitória dos Santos e VENTIMIGLIA, Marise Antunes. Porto Alegre: EU, 1995.

SIMMEL, G. *A Metrópole e a Vida Mental*. In VELHO, O.(org.) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

THIOLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo, Polis, 1981.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

VELHO, O. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

WOORTMANN Ellen F e Woortmann, Klaas. *O trabalho da terra, a lógica e a simbólica da lavoura camponesa* Brasília, Editora Unb, 1997.

ZALUAR, A. *A Máquina e a Revolta. As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1985.